

HISTÓRICO DE CRESCIMENTO E ANÁLISE MORFOLÓGICA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG

Lidiane Espindula

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFES, docente na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), espindulaprojetos@gmail.com

Resumo- A morfologia urbana estuda as formas da cidade, desde a sua origem, como se organizam seus espaços e elementos e qual a relação deles com o planejamento. Dessa maneira, por meio de estudos bibliográficos, imagens de mapas aéreos e desenvolvimento de pesquisas *in loco*, a presente pesquisa apresenta um estudo do histórico de crescimento e análise da morfologia urbana da Sede do Município de Manhuaçu (MG) e a relação que esse tem com os usos do solo, mobilidade, entre outros. Observou-se que o crescimento desordenado e ausência de zoneamento e índices urbanísticos resultaram na descontinuidade das vias e em quarteirões irregulares, além da concentração de usos em áreas centrais e na criação de novas áreas urbanas distantes dessas, afetando diretamente no desenvolvimento urbano do município.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Morfologia Urbana; Plano Diretor; Desenvolvimento Urbano.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

1 INTRODUÇÃO

A morfologia urbana um campo de conhecimento que estuda as formas da cidade, interligando-a com os fenômenos que lhe deram origem (LAMAS, 1993). O autor complementa que a forma urbana pode definir como “modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano” (LAMAS, 1993, pg. 7), tanto em aspectos quantitativos, como de organização funcional, como de aspectos qualitativos e figurativos.

O presente artigo busca fazer um estudo da morfologia urbana da Sede do Município de Manhuaçu, polo da Zona da Mata Mineira, no aspecto de organização funcional, ou seja, a relação do espaço com as atividades humanas como habitar, comercializar, etc.

O Município de Manhuaçu foi fundado em cinco de novembro de 1877, abriga atualmente uma população estimada em 84.934 habitantes. Com área de 627,281km² é a maior cidade de sua microrregião e sua localização, junto à Rodovia BR 262, permitiu sua expansão tornando-o polo econômico e de prestação de serviços da região Vertente do Caparaó (IBGE, 2014).

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada abrange o levantamento de informações a partir de bibliografias que tratam sobre o tema morfologia urbana, além de consulta em bases documentais sobre o processo evolutivo da cidade de Manhuaçu. Além disso, faz pesquisas em mapas de satélite e registros em mapa, de dados levantados *in loco*, principalmente sobre o uso do solo atual da Sede do Município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido à mineração de ouro, no estado de Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII, principalmente na região de Ouro Preto e Mariana, iniciou-se a colonização da região da atual divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais (SANTOS, 2010).

O ponto inicial da ocupação em Manhuaçu (Figura 2) se deu em meados do Séc. XIX, mais precisamente no ano de 1843, quando houve um crescimento populacional na região devido à extração de rochas preciosas e poaia (erva que fornece a umentina – planta medicinal). Essa ocupação ocorreu por tribos indígenas no entorno da conhecida Ponte da Aldeia (Figura 3), em um aldeamento fundado pelo Curador Nicácio Brum da Silveira. Em 1843, com o aumento do povoado, Antônio Dutra de Carvalho, autorizado pelo Curador, alugou os índios para trabalhar na abertura as primeiras estradas da região, para a circulação de suínos e de café (IBGE, 2014). Também nesse

período há registros de ocupação no atual Centro da Cidade (Figura 3), ao redor da Igreja Matriz São Lourenço.

Figura 1 – Localização de Manhuaçu – MG.



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu – MG – 2017 - (Adaptado).

Com o declínio do “Ciclo de Ouro”, a ocupação na Zona da Mata Mineira se intensificou e em 1830 houve o desenvolvimento da pecuária e do cultivo de café. Manhuaçu adotou o café como principal cultura e o produto passou a ser o principal para exportação de Minas Gerais. Devido a isso, entre os anos de 1822 e 1880, a população da cidade passou de 20 mil para 430 mil habitantes (IBGE, 2014).

Em 1877, o Município se emancipou e com o seu crescimento, habitantes de Ouro Preto, Catas Altas da Noruega, Mariana, Santa Luzia, Barbacena, Juiz de Fora, Rio Pomba, Mar da Espanha e outras cidades de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro migraram para a região de Manhuaçu, dentre eles italianos, suíços, alemães, entre outros (SANTOS, 2010).

Ainda segundo o autor, no início do Séc. XX houve a inauguração da energia elétrica (Companhia Força e Luz de Manhuaçu) e a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, em dezembro de 1915, com trens para Carangola (MG) e Rio de Janeiro (RJ), com conexão em Espera Feliz (MG), Cachoeiro do Itapemirim (ES) e Vitória (ES), principalmente para o transporte de café.

À medida que cresce o número de pessoas residindo na cidade, aumenta a procura por moradias e, conseqüentemente, agregam-se novos parcelamentos ao tecido urbano. A malha urbana expande-se, principalmente, no final do Séc. XX e início do Séc. XXI, apresentando o caráter atual. Novos loteamentos surgiram, como Bom Pastor, Pinheiros, Alfa Sul, entre outros, além dos que continuam contribuindo para a expansão, como Cidade Nova, Vale Verde, etc. O mesmo compreende lotes com fins residenciais, comerciais, industriais e institucionais de grande porte.

Novas ocupações ocorreram na região da atual Baixada e Bairro Coqueiro, no Centro da cidade e às margens do Rio Manhuaçu (em vermelho, verde e amarelo na Figura 3, respectivamente). Na década de 1920, a construção do Hospital Cesar Leite, do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e da Ponte dos Arcos, que colaboraram para a expansão urbana.

Após a segunda metade do Séc. XX, novos bairros surgiram, dentre eles São Jorge e Santa Luzia (em verde e vermelho na Figura 4, respectivamente), devido também à construção da Estação de Tratamento de Água. A partir da construção da atual BR-262, que liga Rio Casca/MG à Vitória/ES, novos bairros ocuparam suas margens. Também nesse período foi inaugurado o 11º Batalhão da Infantaria, em 1963, responsável pela manutenção da ordem pública da região. Em 1975 a Estação Ferroviária Leopoldina foi desativada devido ao investimento Federal em autoestradas.

Observa-se nas figuras 2 a 5 que Manhuaçu se desenvolveu a partir do curso d'água, em uma configuração linear que se estendeu para os morros adjacentes. Essa ocupação “natural”, com ausência de um planejamento urbano, resultou na descontinuidade das vias e em quarteirões irregulares, além de ruas estreitas e sem saída. Atualmente, a cidade cresce verticalmente, contudo o tamanho das vias não comporta tal crescimento, além do abastecimento de água e do volume de esgoto gerado, que é levado ao rio em quase sua totalidade.

Além disso, a maior parte das cidades brasileiras, e Manhuaçu não está isenta, desenvolve-se a partir da implantação de novos loteamentos, em áreas cada vez mais distantes dos locais de trabalho e serviço, esses normalmente com localização mais central. Tal processo de ocupação exige investimentos constantes em infraestrutura viária, que proporcionem a ligação dos novos bairros à zona central. Esse modelo de cidade cria a necessidade de deslocamentos diários dos moradores em distâncias e tempo cada vez maiores.

Figura 2: Malha urbana em Manhuaçu, até metade do Séc. XIX. Rio Manhuaçu em azul.



Fonte: Google Earth e IBGE (2014). Marcações da autora.

Figura 3: Malha urbana em Manhuaçu, da metade do Séc. XIX ao início do século XX.



Fonte: Google Earth e IBGE (2014). Marcações da autora.

Figura 4: Malha urbana em Manhuaçu, do início do Séc. XX até metade do Séc. XX.



Fonte: Google Earth e IBGE (2014). Marcações da autora.

Figura 5: Malha urbana em Manhuaçu, da metade do Séc. XX até os dias atuais.



Fonte: Google Earth. Marcações da autora.

O zoneamento urbano é essencial no controle de novas ocupações, uma vez que divide a cidade em áreas sobre as quais incide diretrizes diversas. O zoneamento urbano tem como objetivo auxiliar no controle do crescimento urbano, na proteção de áreas ambientais, na minimização dos conflitos de usos e atividades e no controle de tráfego viário.

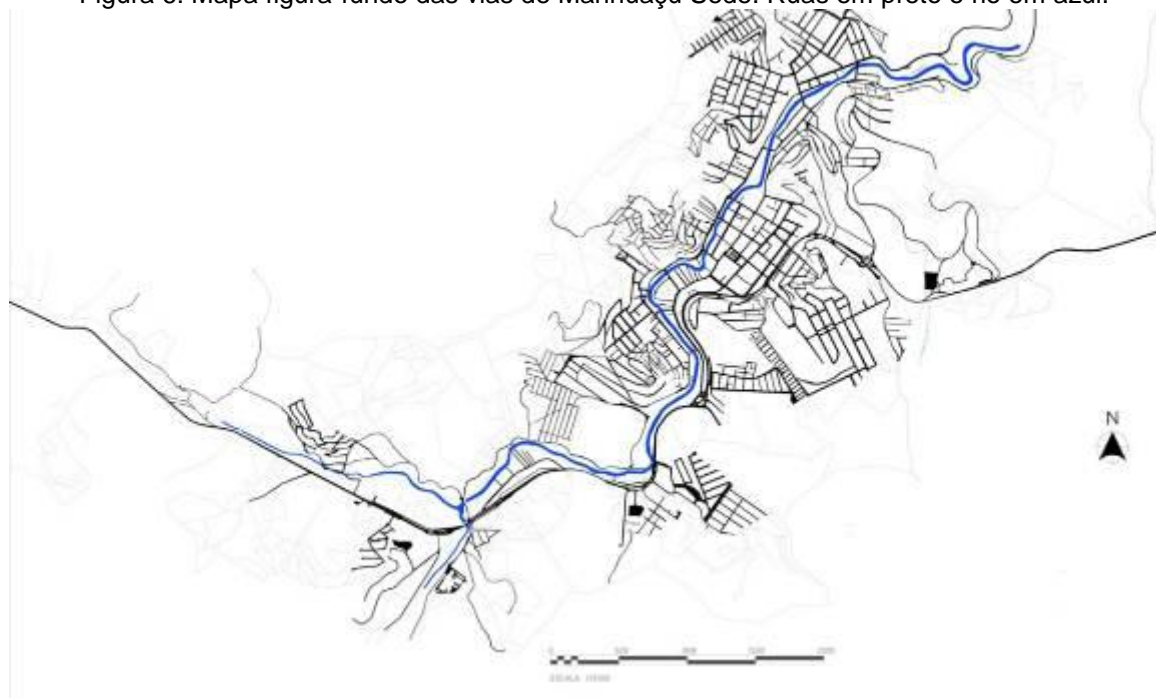
A estruturação da malha urbana da Sede de Manhuaçu se caracteriza por compartimentos distintos, correspondentes aos sucessivos loteamentos implantados ao longo do curso d'água, resultando em uma configuração longilínea, a partir do centro da cidade. O seu desenho urbano não seguiu uma configuração uniforme, apresentando descontinuidade das vias, devido ao rio e ao relevo acentuado e, principalmente, ao não planejamento urbano, apresentando uma malha que não segue um padrão regular (Figura 6). Os quarteirões também não são regulares, apresentando formatos distintos, ora retangulares, ora quadrados, ora poligonais, etc.

O primeiro Plano Diretor foi aprovado no município em 2006 (Lei n.2595/2006). Um novo plano foi aprovado em 2017 (Lei nº. 001/2017), contudo até meados de 2018 as leis complementares, que incluem a Lei de Uso e Ocupação do solo, que contem os mapas de zoneamento e os índices urbanísticos não foram aprovadas. Essas leis são inexistentes no município.

Além disso, apesar da indicação de Zonas de Proteção em todo o leito do rio estabelecida no Plano Diretor Municipal de Manhuaçu (anterior e em vigência) e pelo Código Florestal (Lei nº 12651/2012, antes Lei nº 4771/1965), ainda acontecem novas construções no local, desobedecendo ao exigido:

Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de (...) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura (BRASIL, 2012, Art. 4ª).

Figura 6: Mapa figura-fundo das vias de Manhuaçu Sede. Ruas em preto e rio em azul.



Fonte: autora.

A ausência dos índices urbanísticos também se apresenta como um problema enfrentando pela cidade. Atualmente, não há limites de ocupação nos lotes, bem como de gabarito e de áreas mínimas permeáveis. Os afastamentos são estabelecidos pelo Código de Obras em vigor, porém são os mesmos para todo o município.

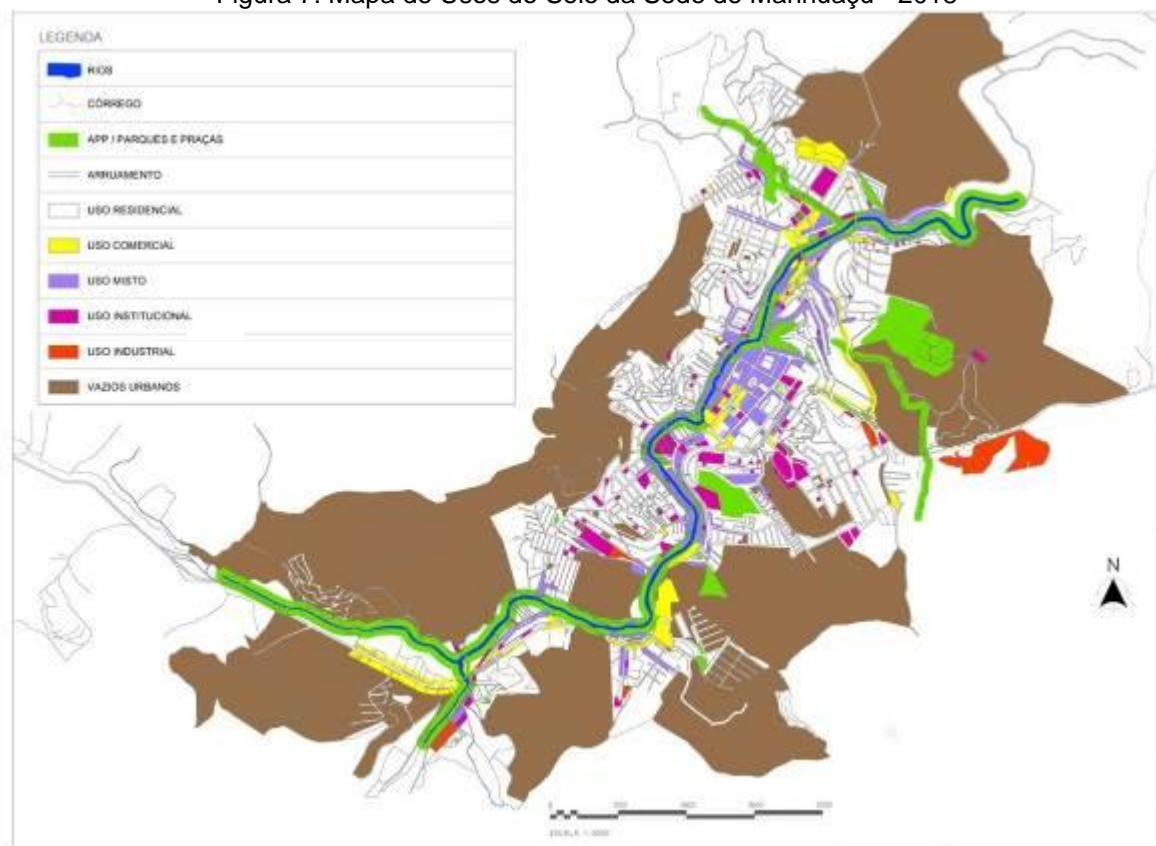
O tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico e também para posicionar a intervenção do arquiteto. A evolução das formas urbanas põe duas ordens de questões: a primeira relacionada com o desenvolvimento urbano, o estudo morfológico pressupõe a consideração do crescimento urbano, que é indissociável ao estudo das cidades; e a segunda relativamente à reutilização de partes da cidade, as políticas de recuperação, reabilitação e restauro de áreas urbanas pressupõe diferentes usos e consequentes modificações da imagem e da forma (LAMAS, 1993, pg. 15).

A figura 7 apresenta a distribuição atual dos usos do solo na Sede do município de Manhuaçu, com a predominância de uso residencial e vazios urbanos. O uso misto, composto por comércio no térreo e residências nos pavimentos superiores, está localizado na parte central da cidade, juntamente com boa parte dos usos institucionais e apenas comerciais. Os vazios existentes compreendem plantações de café e novos loteamentos.

Os demais bairros apresentam predominância de usos residenciais e, esporadicamente, são encontradas indústrias em meio às casas (Figura 7), apresentando grave conflito de usos. A cidade não apresenta muitas áreas livres, principalmente na área central. Essas áreas são localizadas somente nos novos loteamentos que não foram ocupados em sua totalidade.

Como consequência da ausência do zoneamento urbano, Manhuaçu possui a maioria dos usos de comércio, serviço e institucionais localizados no Centro e no Bairro Baixada, resultando em grande fluxo de veículos e pedestres.

Figura 7: Mapa de Usos do Solo da Sede de Manhuaçu - 2018



Fonte: autora.

Vale ressaltar a ocupação no Rio Manhuaçu que ocorreu desde o início. Os leitos do mesmo encontram-se cobertos por construções em quase sua totalidade e revelam-se descaracterizados, com sua mata ciliar comprometida ou totalmente perdida, também pelo esgoto lançado na água (em vermelho na Figura 8), que compreende quase 100% do município, segundo o IBGE (2014). Essa ocupação indevida coloca em risco a vida dos moradores e a qualidade do meio ambiente, afetando também a fauna e a flora local.

Figura 8 – Área *non aedificandi* do Rio Manhuaçu ocupada por construções



Fonte: GOMES e ESPINDULA, 2015.

4 CONCLUSÃO

O planejamento urbano é fundamental para o desenvolvimento da cidade. A partir do estudo morfológico da cidade de Manhuaçu, Minas Gerais, observou-se que o crescimento da cidade se deu

ao longo do leito do rio e se expandiu para os morros adjacentes. Tal crescimento desordenado resultou na descontinuidade das vias e em quarteirões irregulares.

Além disso, a ausência de zoneamento apresenta usos comerciais e misto (comércio e residência) concentrados no centro da cidade e bairros ao redor predominantemente residenciais, além de novos loteamentos longe desse centro, o que resulta no aumento do percurso, principalmente de carros.

O Plano Diretor, como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento e a expansão urbanos, deve servir como norteador à administração pública, buscando minimizar a segregação espacial, por meio de ações ligadas a infraestrutura urbana (viária, sanitária, lazer, transporte, etc.), diante das transformações urbanas e dos impactos produzidos por elas.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro**. (Lei nº 4.771 de 1965, Atualizada em 06 de Janeiro de 2001 e em 25 de Maio de 2012). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em 18 ago. 2018.

GOMES, Luana de Oliveira; ESPINDULA, Lidiane. Como as cidades habitam os rios: o caso do Rio Manhuaçu/MG. In: XIX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e V Encontro de Iniciação à Docência, 2015, São José dos Campos. **Anais...**, São José dos Campos, 2011. CD ROM.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades@. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 18 ago. 2018.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MANHUAÇU. Lei nº. 001, de 25 de julho de 2017. Secretaria Municipal de Planejamento/PMM, Manhuaçu, 2017.

SANTOS, Flávio Mateus dos. **República do Silêncio**. 3ed. Editora Caratinga, 2009.